

- c) Tóxicos, com atuação perante a 1ª Vara;
- d) Patrimônio Público e Moralidade Administrativa (Criminal).

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 17, de 14 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 8 de maio de 2023.

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA
Procurador-Geral de Justiça Adjunto
Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, em exercício

CLEONICE DE SOUZA LIMA
Corregedora-Geral do Ministério Público

Membros Presentes: Procuradores de Justiça Elna Leite Ávila Rosa, Achilles de Jesus Siquara Filho, Zuval Gonçalves Ferreira, Rita Maria Silva Rodrigues, Maria das Graças Souza e Silva, Natalina Maria Santana Bahia, Terezinha Maria Lôbo Santos, Regina Maria da Silva Carrilho, Sônia Maria da Silva Brito, Eny Magalhães Silva, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp, Maria Adélia Bonelli Borges Teixeira, Tânia Regina Oliveira Campos, Nívea Cristina Pinheiro Leite, Cláudia Carvalho Cunha dos Santos, Lucy Mary Freitas Conceição Thomas e Marly Barreto de Andrade.

EXTRATO DE DECISÕES

Sessão Ordinária do dia 8 de maio de 2023

1. PROCEDIMENTO SIGA nº 35327/2022

ORIGEM: Procuradoria-Geral de Justiça

ASSUNTO: ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) > Gestão Política e Administrativa > Organização e Planejamento Institucional > Organização e Padronização Administrativa > Modificação de Atribuições de Órgãos de Execução/Ofício (Modificação das Atribuições da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça de Ipirá)

RELATORA: Procuradora de Justiça Maria Augusta Almeida Cidreira Reis.

DECISÃO: O Colegiado, à unanimidade, aprovou a Proposta de Resolução apresentada pela Procuradora-Geral de Justiça, que modifica e fixa as atribuições da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça de Ipirá, nos termos do Voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça Marília de Campos Souza, Washington Araújo Carigé, Daniel de Souza Oliveira Neto e Heliete Rodrigues Viana.

2) PROCEDIMENTO SIGA nº 43042/2023

ORIGEM: Procuradoria-Geral de Justiça

ASSUNTO: ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) > Gestão Política e Administrativa > Organização e Planejamento Institucional > Organização e Padronização Administrativa > Modificação de Atribuições de Órgãos de Execução/Ofício (Modificação das Atribuições da 2ª e da 4ª Promotorias de Justiça de Lauro de Freitas)

RELATORA: Procuradora de Justiça Rita Maria Silva Rodrigues

DECISÃO: O Colegiado, à unanimidade, aprovou a Proposta de Resolução apresentada pela Procuradora-Geral de Justiça, que modifica e fixa as atribuições da 2ª e da 4ª Promotorias de Justiça de Lauro de Freitas, nos termos do Voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça Marília de Campos Souza, Washington Araújo Carigé, Daniel de Souza Oliveira Neto e Heliete Rodrigues Viana.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 8 de maio de 2023.

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA
Procurador-Geral de Justiça Adjunto
Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, em exercício

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL REFERENTES À 7ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2023

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

34. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.52466/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gervásio Prazeres de Carvalho

OBJETO: Não alienar a propriedade rural até o cumprimento do TAC e contratar técnico capacitado para elaborar ou corrigir o CEFIR. Elaborar e executar PRADA.

35. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.0.33174/2016

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Adenilto Caires Coelho

OBJETO: Paralisar toda e qualquer atividade de interferência em área de preservação permanente. Elaborar e executar PRADA. Abster-se de realizar supressão de vegetação nativa sem a devida autorização legal. Doar valor, a título compensatório, ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Ibicoara/BA.

44. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.308349/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Daniel de Araújo Castro

OBJETO: Corrigir o CEFIR. Instituir servidão ambiental. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo licenças e autorizações exigidas por lei.

46. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 598.9.77074/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro

ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Sento Sé

OBJETO: Aditar prazos do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Procedimento Administrativo nº 598.9.176466/2015.

48. INQUÉRITO CIVIL Nº 698.0.160187/2012

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Conselhos

- Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Ipupiara

OBJETO: Regularizar o Sistema Municipal de Meio Ambiente, a fim de que sejam cumpridos pela Administração Pública Municipal os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais da proteção ao meio ambiente, especialmente no que se refere à estruturação de suas unidades administrativas com servidores de carreira e técnicos habilitados.

52. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.213364/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gilmar Gilberto Santos

OBJETO: Apresentar o documento de propriedade do imóvel e contratar técnico capacitado para elaborar ou corrigir o CEFIR da propriedade. Elaborar e executar PRADA. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas a serem doadas à Secretaria do Meio Ambiente de Elísio Medrado/BA.

60. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.112289/2022

ORIGEM: 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro

ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Bar do Galegão

OBJETO: Disciplinar a emissão de ruídos sonoros e a ocupação de logradouro público pelo Compromitente.

73. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.35631/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras

ASSUNTO: Direito Ambiental > Patrimônio Cultural

- Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Diocese de Barreiras; Município de Cotegipe

OBJETO: Instituir política de proteção do patrimônio cultural local com a criação de Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural, Fundo Municipal de Proteção e Recuperação do Patrimônio Cultural e Arquivo Público Municipal.

106. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.15876/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente

COMPROMISSÁRIO(S): Vandelson da Silva Borges

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental vigente. Doar valor, a título de compensação, à ONG Amo Animais. Prestar serviços comunitários e doar mudas de árvores nativas e/ou frutíferas para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ubaíra/BA. Distribuir panfletos educativos acerca do tema "meio ambiente".

113. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.107095/2018

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Manuelito Calixto de Souza

OBJETO: Comprovar a propriedade do imóvel com apresentação do INCRA e do CEFIR. Elaborar e executar PRADA. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas a serem plantadas no imóvel rural.

114. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.16836/2017

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Arieclio Bahia da Silva; José Soares de Almeida (Secretário de Obras); Marcelo Mariano (Difim); Olg Robson Cerqueira Santos (Codema)

OBJETO: Interditar as atividades de extração irregular de cascalho. Elaborar e executar PRADA.

115. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.233225/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Newton Barreiros Siquara da Rocha

OBJETO: Não alienar a propriedade rural até o cumprimento do TAC. Contratar técnico capacitado para corrigir o CEFIR. Elaborar e executar PRADA. Doar valor, a título compensatório, para a ONG Instituto Água Boa.

133. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.222488/2015

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

COMPROMISSÁRIO(S): Condomínio Edifício Alto do Cidade Jardim; Condomínio Edifício France Tower; Condomínio Terazzo Castellamare

OBJETO: Disciplinar a ocupação de área situada no Loteamento Cidade Jardim, para instalação de supermercado, com indicação de condicionantes ambientais e/ou urbanísticas.

145. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.470884/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Taipe Bar e Restaurante

OBJETO: Zelar, de forma permanente e contínua, pela manutenção de boas condições de higiene. Apresentar documentação indicada no relatório da VISA. Dispor e renovar periodicamente o alvará de saúde expedido pela VISA.

148. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.135693/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna

COMPROMISSÁRIO(S): Jucimar de Jesus Souza

OBJETO: Reconhecer a ausência de autorização ambiental para criação ou comércio de animais silvestres. Doar valor, a título compensatório, para a ONG SEDESS. Produzir ou comprar mudas de árvores frutíferas a serem doadas para a Secretaria do Meio Ambiente de Santo Antônio de Jesus/BA. Distribuir panfletos educativos acerca do tema "meio ambiente".

159. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.240966/2020

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 4º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Farmácia Coração de Maria

OBJETO: Fornecer nota fiscal de qualquer produto ou serviço comercializado em seu estabelecimento no ato imediato à venda, sem prejuízo dos demais comprovantes de garantia e especificações inerentes ao produto.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 2 de maio de 2023

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

DISTRIBUIÇÃO

Em 8 de maio de 2023, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 17802/2021 (SIMP Nº 003.0.22/2023)

ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público - Secretaria

ASSUNTO: Confirmação na Carreira

INTERESSADO(A)(S): Promotora de Justiça Paola Maria Gallina

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.185350/2008

ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Campo Formoso

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário

INTERESSADO(A)(S): Instituto de Previdência de Campo Formoso; Ministério Público do Estado da Bahia; Prefeitura Municipal de Campo Formoso Estado da Bahia

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade